

Os credores esperam fim da moratória

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

pagamentos até a efetivação de um novo empréstimo.

O fechamento do crédito de curto prazo de US\$ 3 bilhões, que vence em junho próximo, foi viabilizado pela adesão do Kuwait Foreign Trade and Contracting Investment Bank, que tem uma participação de cerca de US\$ 20 milhões no pacote, e pela resolução de divergências que surgiram com dois grandes bancos canadenses, o Bank of Nova Scotia e o Canadian Imperial Bank of Commerce.

Embora tenham comunicado sua decisão de participar do empréstimo depois de 15 de novembro, data em que se encerrou o prazo para recebimento de uma "comissão de incentivo" oferecida pelo governo brasileiro para estimular uma rápida montagem do crédito, os dois bancos canadenses exigiram a comissão. Não receberam, mas acabaram atrasando o fechamento do empréstimo.

Assegurar a participação

do banco kuwaitiano foi mais complicado. Três semanas atrás, o Departamento do Tesouro e o Federal Reserve Board — que se empenharam no fechamento do crédito, mobilizando o apoio dos governos dos países industrializados de forma a garantir a participação dos bancos de seus respectivos países — haviam convocado o embaixador dos EUA no Kuwait a intervir. O banco kuwaitiano só oficializou sua participação no início da semana.

"Esse foi o maior empréstimo de curto prazo que nós já montamos e ele foi concluído em tempo recorde", notou William Rhodes, o executivo do Citicorp que preside o comitê de bancos, falando a este jornal. Rhodes, que assinou o comunicado divulgado na quarta-feira passada para anunciar o fechamento do crédito, juntamente com o negociador da dívida, Fernando Bracher, que está demissionário, evitou, contudo, tirar conclusões sobre qualquer significado que a rápida conclusão do crédito possa ter.

Os credores esperam fim da moratória

28 DEZ 1987

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Washington

Com o anúncio, na última quarta-feira, do fechamento do empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões que o governo negociou com os bancos credores, em novembro, como parte de um acordo preliminar destinado a encerrar a moratória sobre pagamentos da dívida externa que o presidente José Sarney decretou em fevereiro passado, a grande interrogação nas relações do País com a comunidade financeira internacional passou a ser se o Brasil retomará os pagamentos de juros em janeiro.

O empréstimo-ponte, que acabou fechando com a participação de 114 credores e uma sobra de cerca de 80 milhões acima dos US\$ 3 bilhões combinados, cobrirá, de imediato, dois terços dos juros do último trimestre de 1987. O Brasil pagará o outro terço com recursos de suas reservas.

O primeiro desembolso, programado para esta terça-feira, dia 29 de dezembro, abrangerá os ju-

ros de outubro, novembro e da primeira quinzena de dezembro. Computados os recursos a serem mobilizados das reservas do País, ele possibilitará o pagamento de cerca de US\$ 1,1 bilhão aos mais de setecentos credores.

Os juros relativos à segunda quinzena de dezembro serão pagos em meados de janeiro, quando os bancos desembolsarão mais um pedaço dos US\$ 3 bilhões e o governo brasileiro novamente sacará de suas reservas, nas mesmas bases do primeiro pagamento. O desembolso do saldo do empréstimo-ponte, da ordem de US\$ 2 bilhões, destinado ao pagamento de dois terços dos juros devidos pelo Brasil entre fevereiro e setembro deste ano, ficará na dependência da efetivação de um acordo de reescalonamento da dívida a médio prazo, que começará a ser negociado em janeiro.

O fato de a demissão do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, marcar o fim do envolvimento do PMDB na admi-

nistração da economia foi, naturalmente, bem recebido pelos bancos. A possibilidade de o ministro interino, Mílson Ferreira da Nobrega, um homem ligado ao ex-ministro da Fazenda e do Planejamento e atual deputado federal Antônio Delfim Netto, vir a ser convidado a permanecer no cargo obviamente não foi mal recebida. "Talvez nós possamos fazer um bom acordo agora", disse o "vice chairman" de um grande banco de Nova York.

Atentos à fragilidade política do governo Sarney e prevendo que Mílson da Nobrega poderá não receber um claro mandato do presidente da República, executivos do comitê de bancos ouvidos por este jornal mostraram-se pouco inclinados, até agora, a reconhecer significado numa possível mudança da orientação ideológica na equipe econômica.

"Se isso ocorrer, ótimo. Mas os bancos só ficarão convencidos de que houve mudança se o novo ministro da Fazenda, seja ele quem for, disser que o Brasil está disposto a reconhecer que a moratória foi um erro, que o País não ganhou nada com ela e quer, agora, encerrá-la, voltando a pagar normalmente os juros", afirmou um banqueiro que tem assento no comitê.

O ex-ministro Bresser Pereira havia afirmado que o Brasil só retomaria o pagamento de juros em janeiro caso houvesse um acordo de renegociação a médio prazo e os bancos aceitassem negociar algum tipo de empréstimo-ponte para permitir ao País manter correntes os

(Continua na página 15)

No dia 11 de janeiro próximo seguirá para Nova York o novo negociador da dívida externa brasileira, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que ocupará a função deixada por Fernando Bracher. Milliet tentará junto aos bancos credores negociar o refinanciamento dos juros da dívida externa a vencer em 1988 e 1989.